

Sábado, 28 de Março de 2026

STF tem maioria para votação secreta em eleição indireta para o governo do Rio

DECISÃO

g1

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta sexta-feira (27) para confirmar que a eleição indireta para o governo do Rio de Janeiro deve ser secreta. Neste tipo de votação, os deputados estaduais escolhem o governador e não precisam divulgar em quem votaram.

Votaram nesse sentido seis ministros: Luiz Fux, Cármen Lúcia, Nunes Marques, André Mendonça, Dias Toffoli e Luiz Edson Fachin. Os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin divergiram e votaram pela realização de eleição direta.

A Corte, contudo, ainda discute o prazo de 24 horas para a desincompatibilização de candidatos, ou seja, o prazo para que interessados na disputa desocupem os cargos que ocupam para participar do pleito.

O tribunal analisa, no plenário virtual, a ação que trata das regras para as eleições no estado. Os ministros avaliam a decisão individual do ministro Luiz Fux, relator do caso.

O julgamento termina às 18h na segunda-feira (30). Até lá, os ministros podem alterar seus votos, o que pode alterar o placar da votação.

A situação política do Rio de Janeiro atravessa uma crise de sucessão após a renúncia de Cláudio Castro em 23 de março de 2026, ocorrida em meio a um julgamento no TSE sobre a sua inelegibilidade.

Como o estado já não contava com um vice-governador e o então presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, foi cassado, o governo foi assumido interinamente pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ricardo Couto.

Essa vacância total dos cargos eletivos do Executivo impõe a necessidade de uma eleição indireta pela Assembleia Legislativa (Alerj) para a escolha de um "governador-tampão" que concluirá o mandato até o fim de 2026, processo este que aguarda definições do STF sobre as regras de votação e prazos para candidaturas.



O ex-governador Cláudio Castro (PL) — Foto: Agência Brasil